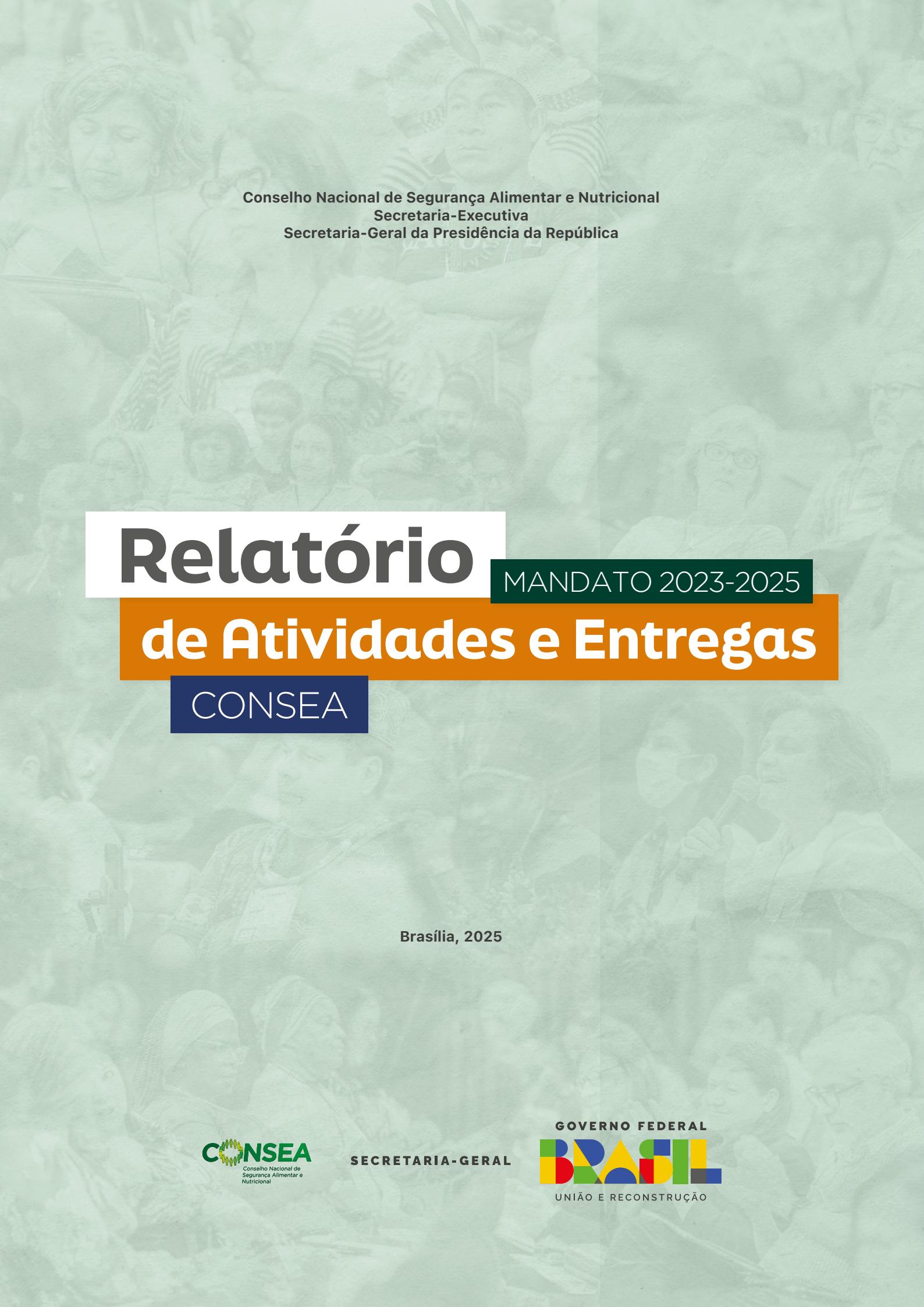




Relatório de Atividades e Entregas

MANDATO 2023-2025

CONSEA



Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Secretaria-Executiva
Secretaria-Geral da Presidência da República

Relatório MANDATO 2023-2025

de Atividades e Entregas

CONSEA

Brasília, 2025



SECRETARIA-GERAL





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo Alckmin

Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Márcio Costa Macêdo

Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretário-Geral do Consea

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Secretária-Executiva

Elisabetta Recine

Presidenta do Consea

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSEA

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

MINISTROS E MINISTRAS DE ESTADO:

Secretaria-Geral da Presidência da República

Casa Civil da Presidência da República

Ministério da Agricultura e Pecuária

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério da Cultura

Ministério da Educação

Ministério da Fazenda

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Ministério da Igualdade Racial

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ministério da Pesca e Aquicultura

Ministério da Previdência Social

Ministério da Saúde

Ministério das Cidades

Ministério das Mulheres

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

Combate à Fome

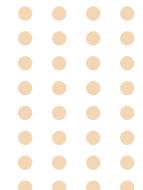
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Ministério dos Povos Indígenas



CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSEA

Elisabetta Recine | Titular e Presidente

Especialista

Antônio Adevaldo Dias da Costa | Titular

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Maria Alaídes Alves de Souza | Titular

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

Marinalda Rodrigues da Silva | Suplente

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

Manoel Bueno dos Santos | Titular

Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP)

Lucimara Henrique | Titular

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

José Francisco dos Santos | Suplente

Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Silvestre Antonio Gomes Santos | Titular

Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro)

Adna Santos de Araújo | Suplente

Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro)

Edson Augusto Nogueira | Titular

Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)

Itanajara Dione Nascimento de Almeida | Suplente

Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)

Débora Stefany Epifânia de Oliveira | Titular

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq)

Sandra Pereira Braga | Suplente

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq)

Antônio Ricardo Domingos da Costa | Titular

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoinme)

Elisa Urbano Ramos | Suplente

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoinme)

Elcio Severino da Silva Manchineri | Titular

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Marciele Ayap Tupari | Suplente

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Lino Cesar Cunumi Pereira | Titular

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)

Angela Inácio Braga | Suplente

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)

Maria José Moraes Costa | Titular

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)

Vânia Marques Pinto | Suplente

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)

Maria Josana de Lima Oliveira | Titular

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf)

Lázaro de Souza Bento | Suplente

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf)

Anderson Amaro Silva dos Santos | Titular

Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)

Leila Santana da Silva | Suplente

Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)

Naidison de Quintella Baptista | Titular

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)

Valquíria Alves Smith Lima | Suplente

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)

Edgard Aparecido de Moura | Titular

Agentes de Pastoral Negros (APN)

Aldenilson da Silva de Abreu | Suplente

Rede Amazônia Negra (RAN)

Fernanda Bairros | Titular

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SSAN)



Renata Pires Goulart | Suplente

Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede SSAN)

Cristiana Paiva Gomes | Titular

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Rubens Germano | Suplente

Central dos Sindicatos Brasileiros

Ubiraci Dantas de Oliveira | Titular

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Luiz de Bittencourte | Suplente

Força Sindical Nacional

Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso | Titular

Associação Brasileira de Nutrição (Asbran)

Élido Bonomo | Suplente

Associação Brasileira de Nutrição (Asbran)

Daniela Sanches Frozi | Titular

Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas)

Tânia Wutzki | Suplente

Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas)

Fátima Aparecida Garcia de Moura | Titular

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Eduardo Amaral Borges | Suplente

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Rodrigo dos Santos Nantes | Titular

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Ecosol)

Francisca da Silva | Suplente

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Ecosol)

Fatima de Lima Torres | Titular

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Aline Pasda | Suplente

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Carlos Humberto Campos | Titular

Cáritas Brasileira

Giovanna de Oliveira Kanas | Suplente

Cáritas Brasileira

Rodrigo Fernandes Afonso | Titular

Ação da Cidadania

Ana Paula Souza Pinto | Suplente

Ação da Cidadania

Juliana Pereira Casemiro | Titular

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Tainá Paiva Godinho | Suplente

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Vanessa Schottz Rodrigues | Titular

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Regina da Silva Miranda | Suplente

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Regina Barros Goulart Nogueira | Titular

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Maria Zênia Tavares da Silva | Suplente

Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Carlos Alencastro Cavalcanti | Titular

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Beatriz Thomaz de Paula | Suplente

ONG Banco de Alimentos

Daniel Paz dos Santos | Titular

Movimento Nacional das Populações em Situação de Rua (MNPR)

Edisson José Souza Campos | Suplente

Movimento Nacional das Populações em Situação de Rua (MNPR)

Adnamar Mota dos Santos | Titular

Fórum Nacional da Reforma Urbana (MNRU)

Marli Aparecida Carrara Verzegnassi | Suplente

Fórum Nacional da Reforma Urbana (MNRU)



Laís Amaral | Titular

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)

Maria Lucia Barciotte | Suplente

Rede Brasileira Infância e Consumo (Rebrinc)

Melissa Pomeroy | Titular

Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (Asul)

Marina Bolfarine Caixeta | Suplente

Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (Asul)

Inês Rugani Ribeiro de Castro | Titular

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Aline Ferreira | Suplente

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Milena Aparecida Pinheiro do Prado | Titular

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Jônica Rodrigues de Lima | Titular

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Mariana Menezes Santarelli Roversi | Titular

FIAN Brasil

Nayara Côrtes Rocha | Suplente

FIAN Brasil

Márcio Milan | Titular

Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS)

José Lourenço Pechtoll | Suplente

Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN)

Maria Teresa Corção Braga | Titular

Instituto Maniva

Cecília Corção | Suplente

Instituto Maniva

Jacy Barreto de Souza | Titular

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR)

Maria Odete Falcão | Suplente

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)

Sandra Marli da Rocha Rodrigues | Titular

Movimento de Mulheres Campesinas (MMC)

Maria Lucivanda Rodrigues da Silva | Suplente

Movimento de Mulheres Campesinas (MMC)

Caio César Sousa Marçal | Titular

Rede Fale

Carlos Eduardo Fernandes | Suplente

Rede Fale

Carolina Oliveira Dias | Titular

Associação Engaja Mundo

Clariana Monteiro da Silva Peixoto | Suplente

Associação Engaja Mundo

Nelson Arns Neumann | Titular

Pastoral da Criança

Caroline Caus Dalabona | Suplente

Pastoral da Criança

Renato Godoy de Toledo | Titular

Instituto Alana

Sônia Maria Salviano Matos de Alencar | Suplente

Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN)

Jaqueleine Moreira de Araújo | Titular

Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra)

Maria Edna de Melo | Suplente

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso)

Sumário

Palavra do Ministro

Cuidar do povo brasileiro. Foi o que o presidente Lula prometeu em campanha e está cumprindo desde o primeiro minuto do seu governo, em 2023. Um dos primeiros atos do presidente nessa sua terceira gestão foi o restabelecimento do Consea com a composição que foi destituída pelo governo anterior. Dar dignidade às nossas famílias passa fundamentalmente por suprir as necessidades básicas, e a primordial é matar a fome. Sem a ajuda da sociedade civil organizada e da participação desse Conselho não seria possível.

O Consea agrupa, une gente da academia, das ciências, pesquisadores, movimentos sociais e populares. É um dos responsáveis por trazer a participação social para o centro dos debates de uma das políticas públicas mais importantes para um país ainda muito desigual, como é o Brasil: a política de segurança alimentar e nutricional. Tão relevante que o presidente Lula lançou um apelo planetário: a Aliança Global contra a Fome, durante a presidência do Brasil no G20.

O Consea é parte também das vitórias que este governo tem conquistado no combate à tragédia que é uma mãe não ter um prato de comida para oferecer a seus filhos. O governo do presidente Lula já tirou mais de 24 milhões de pessoas dessa triste cena da fome. Por dia, mais de 60 mil pessoas deixaram de passar fome. O Brasil foi o país que mais reduziu a pobreza extrema em 2023. E foi criado, também, um conjunto de fatores estruturantes para garantir segurança alimentar e o desenvolvimento do país: geração de empregos formais com marca recorde, reforma tributária para promover justiça fiscal, reajuste do salário mínimo acima da inflação, reforço das políticas sociais voltadas para a população mais vulnerável, dentre outras.

Fizemos um capítulo importante na história do G20, em 2024. Criamos o G20 Social para inserir as propostas da população dos países de economia mais forte do mundo, nas negociações referentes a preservação ambiental, à segurança alimentar e nutricional e ao enfrentamento de todo tipo de desigualdade.

Há muito a fazer. Mas sabemos que podemos contar com o compromisso da nossa sociedade organizada também em fóruns como o Consea para um mundo novo, democrático, sem preconceitos, farto em alimento de verdade, saúde e felicidade para nossa gente.

Márcio Costa Macêdo

Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretário-Geral do Consea



Apresentação

Encerrar o mandato de um Conselho Nacional que tem entre as suas competências zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, instituir mecanismos permanentes de articulação e promover o diálogo e a convergência das ações que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de mobilizar e apoiar as entidades da sociedade civil na discussão e na implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é sempre um momento de reflexão e balanço. Esse processo é marcado não só por avanços e pela implementação de propostas, mas também pelos desafios estruturais que persistem e pelas novas configurações que surgem, desafiando a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

Ao longo dos últimos dois anos o Consea se reconstruiu para continuar honrando sua história e contribuindo para o presente-futuro com justiça social, econômica, racial, climática e todas as dimensões de justiça que possam ser nominadas.

Este conjunto de entregas, junto com as recomendações e demais manifestações emitidas no período, refletem

tanto a perseverança daqueles que formam o Consea quanto a atenção às questões mais urgentes, sem deixar de lado os obstáculos históricos que ainda persistem.

A agenda de Segurança Alimentar e Nutricional é fundamental para a soberania e concretização dos direitos humanos em todos os países. A fome, a falta de oferta e de acesso à alimentação adequada, saudável e sustentável são consequências de um modelo não apenas de produção de alimentos, mas econômico e de organização dos países, que perpetuam privilégios e poder na mão de poucos.

Assim, a divulgação dos documentos que prestam contas da atuação do Consea no mandato 2023-2025 tem valor intrínseco, mas sobretudo reflete o compromisso do Conselho em promover práticas que garantam a participação efetiva da sociedade civil na transformação das políticas públicas, tornando a democracia uma realidade para todas as pessoas.

Elisabetta Recine
Presidenta do Consea



Foto: Roberta Aline/MDS

Base legal

Em 1991, foi instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fome¹, no Congresso Nacional, e no mesmo ano o governo paralelo, liderado por partidos de esquerda que perderam a eleição de 1989, propôs uma Política Nacional de Segurança Alimentar, incluindo a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Existia neste período uma ampla mobilização nacional na sociedade civil em defesa da vida e contra a miséria e a fome para retirar 32 milhões de brasileiros que, segundo o mapa da fome divulgado pelo Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza.

O Consea foi instituído em 1993, no Governo Itamar Franco, via o Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993. Esse Consea pioneiro era composto por oito ministros de Estado e 21 representantes de entidades ou personalidades da sociedade civil. Mas este conselho teve vida curta, tendo sido extinto em janeiro de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Em 2003, no seu primeiro governo, o Presidente Lula criou o Consea como um órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República.. O Consea é composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um representante da sociedade civil, indicado entre os seus membros e designado pelo Presidente da República.

Em janeiro de 2019, o Consea foi extinto. No período de 2019 a 2022 houve uma desconstrução das principais políticas de segurança alimentar e nutricional e uma deliberada política de destruição e desativação

das estruturas de participação social, no âmbito do Governo Federal. Isso se expressou em relação aos Conselhos Nacionais com o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu e limitou os colegiados, através da inexistência de conferências nacionais e ainda pela ausência de qualquer tipo de participação social na elaboração e no monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário.

No dia 01 de janeiro de 2023, como um dos primeiros atos de seu terceiro mandato na Presidência da República, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Medida Provisória nº 1.154/2023 que determinou a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

O Consea foi um dos primeiros conselhos de participação social a ser reinstalado no Governo Federal. Em 28 de fevereiro de 2023, o Presidente Lula participou da Cerimônia de Reinstalação do Consea, prévia à 1ª Reunião Plenária Ordinária do Consea daquele ano, e deu posse aos conselheiros e conselheiras da sociedade civil do conselho, dando início ao mandato de 2023 a 2025.

O Consea tem sua composição, governança e atribuições amparadas por uma base legal, que permite seu funcionamento e relacionamento com o Governo Federal, com os Poderes Legislativo e Judiciário, como também com Estados, Distrito Federal e Municípios.

A legislação e as principais normativas que orientam o Consea são:

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003: cria o Consea.

Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional): cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007: dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010: institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Resolução nº 01/2014: Regimento Interno do Consea.

Decreto nº 11.421 de 28 de fevereiro de 2023: altera o Decreto nº 6.272/2007.

Decreto s/n de 27 de fevereiro de 2023: designa conselheiras/os para mandato 2023/2025.

Decreto nº 11.422, de 27 de fevereiro de 2023: dispõe sobre a composição e funcionamento da Caisan.

¹IPEA. Plano de Combate à Fome e à Miséria: princípios, prioridades e mapa das ações de governo. YEDA, R. C. (Coord.). Comissão Especial para Propor Medidas de Combate à Fome, ao Desemprego e à Recessão. Brasília, 1993a.

IPEA. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. In: PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). Documento de Política, nº 14. Brasília, 1993b.

Composição do Consea no Mandato 2023-2025

(DECRETO Nº 11.421 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023)

REPRESENTANTES
GOVERNAMENTAIS

Secretaria-Geral da Presidência da República	Ministério da Previdência Social
Casa Civil da Presidência da República	Ministério da Saúde
Ministério da Agricultura e Pecuária	Ministério das Cidades
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Ministério das Mulheres
Ministério da Cultura	Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Educação	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Ministério da Fazenda	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Igualdade Racial	Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério dos Povos Indígenas

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares	
Ação da Cidadania	FIAN Brasil
Agentes de Pastoral Negros (APN)	Federação Nacional das Associações de Celiacos do Brasil (Fenacelbra)
Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)	Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Ecosol)
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (Apoinme)	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)	Fórum Nacional da Reforma Urbana (MNRU)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
Associação Brasileira de Nutrição (Asbran)	Instituto Alana
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Associação Brasileira de Supermercados (Abras)	Instituto Maniva
Associação Engaja Mundo	Movimento de Mulheres Campesinas (MMC)
Cáritas Brasileira	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR)
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
Central Força Sindical Nacional	Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul (Asul)	Movimento Nacional das Populações em Situação de Rua (MNPR)
Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf)	Movimento Nacional de Direitos Humanos
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)	Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (Fian Brasil)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)	Pastoral da Criança
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)	Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN)
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq)	Rede Evangélica Nacional de Ação Social (Renas)
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)	Rede FALE
Especialistas	Rede Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde (Renafro)
	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicaifes)

Suplentes

Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen)	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)
Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso)	Ong Banco de Alimentos
Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)	Rede Amazônia Negra
Força Sindical	Rede Brasileira Infância e Consumo (Rebrinc)
	Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN)



Reuniões plenárias

Conforme o Decreto nº 6.272/2007, as reuniões plenárias ordinárias são realizadas a cada bimestre e são previstas, portanto, seis reuniões ordinárias ao ano. Durante o mandato 2023-2025 foram realizadas um total de 12 reuniões plenárias ordinárias e 1 reunião plenária extraordinária.

Para otimizar a participação e os custos, algumas das plenárias, principalmente em 2023, foram remotas

Síntese das Reuniões Plenárias no período 2023-2024

2023

Cerimônia de reinstalação e posse dos/as conselheiros/as, com a presença do Senhor Presidente da República

28 • FEV

- **Tema Central:**
Retomada da participação social.

1ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

1º e 2 • MAR

- **Tema Central:**
A realização do direito humano à alimentação adequada e saudável (DHAA). A violação do DHAA dos Povos Yanomami e as estratégias do SISAN para a garantia desse direito.
- **Produtos:**
 - Exposição de Motivos nº 001-2023/CONSEA
 - Recomendação nº 01/2023/CONSEA/SG/PR
 - Recomendação nº 02/2023/CONSEA/SG/PR
 - Resolução nº 01/2023/CONSEA/SG/PR

2ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

2 e 5 • ABR

- **Tema Central:**
Organização das instâncias do Consea, definição das Comissões Permanentes e seus respectivos temas e agendas para encaminhar discussões e elaborar propostas para consideração do Plenário.
- **Produtos:**
 - Recomendação nº 03/2023/CONSEA/SG/PR
 - Recomendação nº 04/2023/CONSEA/SG/PR
 - Resolução nº 02/2023/CONSEA/SG/PR
 - Chamamento público para manifestação de interesse na participação no Consea na qualidade de observadores

1ª Reunião Plenária Extraordinária (remota)

31 • MAI

- **Tema Central:**
Organização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- **Produtos:**
 - Aprovação do lema, dos objetivos, dos eixos temáticos e do Cronograma da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
 - Lista final de observadores do Consea para 2023

3ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)**13 e 14 · JUN****Tema Central:**

Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional.

Produtos:

- [Resolução nº 03/2023/CONSEA](#)
- [Recomendação nº 5/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 6/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 7/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 8/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 9/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 10/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 11/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 12/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- Pedido de informação ao Ministério das Relações Exteriores sobre doação de alimento desidratado ao Programa de Alimentação Escolar de República de Cabo Verde

4ª Reunião Plenária Ordinária (remota)**30 · AGO e 1º · SET****Tema Central:**

Avanços e desafios do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Produtos:

- [Recomendação nº 13/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 14/2023/CONSEA/SG/PR](#)

5ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)**26 e 27 · SET****Tema Central:**

Fome(s) e racismo(s) nos Sistemas Alimentares.

Produtos:

- [Recomendação nº 15/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 16/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 17/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 18/2023/CONSEA/SG/PR](#)

6ª Reunião Plenária Ordinária (remota)**31 · OUT****Tema Central:**

Alinhamento para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Produtos:

- [Recomendação nº 19/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 20/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 21/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 22/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 23/2023/CONSEA/SG/PR](#)
- [Recomendação nº 24/2023/CONSEA/SG/PR](#)

2024**1ª Reunião Plenária Ordinária, com a participação do Senhor Presidente da República na cerimônia de abertura (presencial)****28 · FEV****Tema Central:**

Entrega do Relatório Final da 6ª CNSAN ao Senhor Presidente da República e ao Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na qualidade de Presidente da Caisan.

Produtos:

- [Recomendação nº 01/2024/CONSEA](#)
- [Recomendação nº 02/2024/CONSEA](#)
- [Recomendação nº 03/2024/CONSEA](#)
- [Resolução nº 01/2024/CONSEA](#)





2ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

07 e 08 • FEV

Tema Central:

Mudanças climáticas, soberania e segurança alimentar e nutricional.

Produtos:

- Recomendação nº 04/2024/CONSEA
- Recomendação nº 05/2024/CONSEA
- Recomendação nº 06/2024/CONSEA
- Resolução nº 02/2023/CONSEA
- Resolução nº 03/2024/CONSEA

3ª Reunião Plenária Ordinária (remota)

18 e 19 • JUN

Tema Central:

3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (PLANAB). Segurança alimentar e Nutricional nos planos de reconstrução do Rio Grande do Sul, após a tragédia socioambiental.

Produtos:

- Recomendação nº 7/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 8/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 9/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 10/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 11/2024/CONSEA/SG/PR

4ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

06 e 07 • AGO

Tema Central:

Desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e para uma abordagem antirracista para a inclusão da População Negra, dos Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais.

Produtos:

- Recomendação nº 12/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 13/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 14/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 15/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 16/2024/CONSEA/SG/PR

5ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

06 e 07 • AGO

Tema Central:

Reforma agrária e direito aos territórios como estratégias para a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

Produtos:

- Recomendação nº 17/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 18/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 19/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 20/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 21/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 22/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 23/2024/CONSEA/SG/PR

6ª Reunião Plenária Ordinária (presencial)

06 e 07 • AGO

Tema Central:

Balanço dos trabalhos do Consea na gestão 2023-2025.

Produtos:

- Recomendação nº 24/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 25/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 26/2024/CONSEA/SG/PR
- Recomendação nº 28/2024/CONSEA/SG/PR



A Mesa Diretiva do Consea

A Mesa Diretiva do Consea, conforme previsto no Regimento Interno, tem como atribuições contribuir com a presidência do conselho na construção da agenda e no funcionamento das Comissões Permanentes. Além disso, promove ações compartilhadas e estratégias articuladas de trabalho, permitindo a associação de pontos comuns.

Faz parte da Mesa Diretiva, o/a Presidente/a do Consea, os Coordenadores/as das Comissões Permanentes, o/a Coordenador/a da CPCE, a/o Ministro/a da Secretaria-Geral da Presidência da República, que exerce também a função de Secretário/a-Geral do Conselho, a/o Secretário/a-Executivo/a do Consea e a/o Secretário/a-Executivo/a da Caisan.

As reuniões da Mesa Diretiva são convocadas previamente a cada reunião Plenária ou, extraordinariamente, quando a conjuntura assim o exigir. A coordenação das reuniões é exercida pelo Presidente do Consea e os encaminhamentos das reuniões são decididos, preferencialmente, por consenso e na impossibilidade, a decisão será tomada pela maioria simples dos membros da Mesa Diretiva presentes. Durante o mandato de 2023-2025 foram realizadas 23 reuniões da Mesa Diretiva.

Reuniões da Mesa Diretiva do Consea no período 2023-2024

	2023	2024
1ª Reunião da Mesa Diretiva	20 de abril	06 de fevereiro
2ª Reunião da Mesa Diretiva	23 e 24 de maio	22 de fevereiro
3ª Reunião da Mesa Diretiva	12 de junho	04 de março
4ª Reunião da Mesa Diretiva	12 de julho	27 de março
5ª Reunião da Mesa Diretiva	07 de agosto	1ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva
6ª Reunião da Mesa Diretiva	05 de setembro	25 de abril
7ª Reunião da Mesa Diretiva	25 de setembro	06 de maio
8ª Reunião da Mesa Diretiva	04 de outubro	17 de junho
9ª Reunião da Mesa Diretiva	13 de novembro	03 e 05 de julho
1ª Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva	17 de novembro	05 de agosto
		8ª Reunião da Mesa Diretiva
		28 de agosto
		10ª Reunião da Mesa Diretiva
		07 de outubro
		11ª Reunião da Mesa Diretiva
		23 de outubro
		12ª Reunião da Mesa Diretiva
		25 de novembro

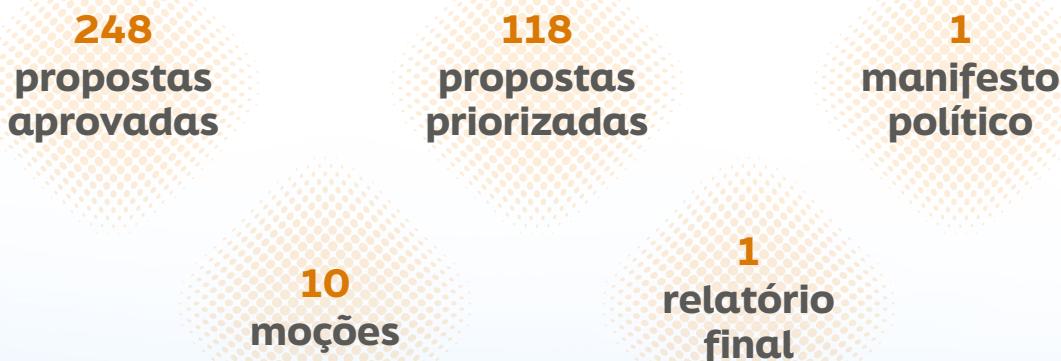




6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) reuniu cerca de 2.200 delegados/as, entre os dias 11 e 14 de dezembro de 2023, em Brasília-DF. O lema dessa conferência foi "Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade".

A CNSAN é a instância responsável pela indicação ao Consea das diretrizes e prioridades para a Política e para o Plano Nacional de Segurança Alimentar (Plansan), bem como pela avaliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conforme a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)). Nesse sentido, a 6ª CNSAN teve como principais produtos:



A 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional também abrigou diferentes programações culturais, uma Feira da Sociobiodiversidade e 16 atividades autogestionadas.



No dia 10 de dezembro, antecedendo a Conferência, foram realizados o Seminário Internacional e o Encontro Preparatório Indígena.

O Encontro Preparatório Indígena teve como objetivo proporcionar um espaço de diálogo pré-conferência para a organização estratégica das/os delegadas/os indígenas. Segundo os registros, 74 pessoas participaram dessa atividade, entre representantes governamentais e da sociedade civil. Desses, 32 eram delegados/as indígenas escolhidos/as pelos processos das conferências estaduais e do Distrito Federal. As discussões destacaram a fragilidade das políticas e ações dirigidas aos povos indígenas e reforçaram a importância de sua participação na 6^a CNSAN, visando a priorização de propostas que efetivamente promovam a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas no Brasil.

O Seminário Internacional “Governança Democrática dos Sistemas Alimentares para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada” teve como objetivo fortalecer as alianças internacionais da sociedade civil em prol do Direito Humano à Alimentação Adequada, incluindo um compromisso com o reforço dos espaços de governança global dos sistemas alimentares que sejam intersetoriais, representativos, inclusivos, livres de conflitos de interesses e democráticos, nos âmbitos nacional, regional e global. Para o seminário foram elaborados dois documentos-base, um sobre a experiência brasileira de governança e um segundo sobre a governança global e a realização do direito humano à alimentação adequada. Como resultado dos debates, foi aprovada a Carta de Brasília sobre a Governança Democrática dos Sistemas Alimentares para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Todo o trabalho desenvolvido durante a 6^a CNSAN foi consolidado em um Relatório Final, cujo documento foi entregue ao Presidente da República, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 05 de março de 2024, na abertura da 1^a Reunião Plenária Ordinária do ano. Destaca-se que no decorrer de 2024, foram realizadas agendas com autoridades do governo federal com a finalidade de entregar o Relatório Final e discutir os resultados da 6^a CNSAN.

Revista da 6^a CNSAN

O Consea publicou uma revista contendo os destaques da realização da 6^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O objetivo dessa publicação foi disponibilizar um material informativo e de divulgação do Consea com linguagem facilitada e resumida das principais atividades da 6^a Conferência, para ser amplamente divulgada.

A Revista da 6^a CNSAN foi lançada durante a 4^a Reunião Plenária Ordinária de 2024, em meio digital, e, posteriormente, teve tiragem impressa de 5.000 (cinco mil) exemplares que foram enviados para todos/as os/as Conselheiros/as, Conseas e Caisans estaduais.



Agenda Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional

No mandato 2023-2025, além da atenção ao debate político da segurança alimentar e nutricional no Brasil, foi desenvolvida uma agenda internacional no âmbito das atividades do conselho. O Consea participou de oficinas e seminários temáticos, como também contribuiu com as discussões em relação à governança global da segurança alimentar e nutricional.

O Consea defende a agenda de segurança alimentar e nutricional em espaços multilaterais como, por exemplo, o Conselho Mundial de Segurança Alimentar (CSA) da ONU, considerado como o espaço mais representativo e

legítimo de debate e proposição sobre avanços necessários no tema da SAN, mantendo um diálogo estreito com o Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas do CSA.

Vale também destacar a reativação e a participação do Consea no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o acompanhamento do processo de elaboração e aprovação da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza no G20, onde inclusive, foi oportunizado o diálogo entre a coordenação da Força Tarefa responsável pelo evento e a sociedade civil internacional.

Estão listadas abaixo as principais atividades da agenda internacional de SAN em que o Consea participou com a representação da presidência e/ou de conselheiras/os

- IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar dos Países de Língua Portuguesa: 24 de agosto de 2023, em Santo António, São Tomé e Príncipe.
- 51ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU: 23 a 27 de outubro de 2023, na sede da FAO, em Roma, Itália. Incluindo participação no Seminário "Segurança Alimentar e Nutricional nos Centros Urbanos – Roma", na FAO, no Centro Sheikh Zayed, no dia 25 de outubro de 2023.
- I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agenda Internacional da CAISAN: 13 de março de 2023, em Brasília, Brasil.
- Reunião com Ministro da Agricultura e Alimentação da Alemanha: 13 de março de 2023, em Brasília, Brasil.
- Reunião com Ministra de Assuntos Sociais e outros representantes do Governo da República do Congo: 11 de abril, em Brasília, Brasil.
- Reunião com a Delegação Permanente do Brasil junto às Agências da ONU baseadas em Roma e o Mecanismo de Sociedade Civil e Povos Indígenas do Comitê de Segurança Alimentar da ONU sobre agenda de trabalho do Comitê de Segurança Alimentar da ONU: conjunto de reuniões ocorridas a partir de abril de 2023.
- Reunião com Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): 26 de maio de 2023.
- Reunião com MDS e MRE sobre proposta de evento paralelo à 51ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial: 15 de junho de 2023, em Brasília, Brasil.
- Reunião bilateral com a Diretora-Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo e o Diretor e Representante da Regional da FAO para Américas, Mario Lubetkin: 05 de agosto de 2023, em Belém, Pará.
- Diálogos Amazônicos, Plenária II – Saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional na região amazônica: ações emergenciais e políticas estruturantes; plenária moderada pela Presidenta do Consea: 05 de agosto de 2023, em Belém, Pará.
- Reunião Project Steering Group do Diálogo Agropolítico Brasil: Alemanha 2024, na Embaixada da Alemanha no Brasil; participou a Secretaria-Executiva do Consea: 29 de dezembro de 2024, em Brasília, Brasil.
- "Policies against Hunger: human rights-based approaches to food systems transformation", contou com participação da Presidenta do Consea, em 27 de junho de 2024, em Berlim, Alemanha.
- 52ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU: 21 a 25 de outubro de 2024, na sede da FAO, em Roma, Itália.

Agenda Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Estão listadas abaixo as atividades que foram realizadas pelo Conseia, contando com a colaboração de parceiros nacionais ou internacionais.

- Diálogos Amazônicos, atividade auto-gestionada “Mercados institucionais, Direito Humano à Alimentação Adequada e a promoção da sociobiodiversidade na Amazônia: Desafios e potencialidades da participação de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais nos programas de compras públicas de alimentos”: 04 de agosto de 2023, em Belém, Pará.
- Diálogos Amazônicos, atividade auto-gestionada “Erradicar a Fome com Comida de Verdade e Democracia: mobilização para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”: 05 de agosto de 2023, em Belém, Pará.
- 51ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, evento paralelo, intitulado *“Who governs and who should govern food and nutrition security and the fight against hunger in the world?”* Local: sede da FAO, 23 de outubro de 2023, em Roma, Itália.
- 51ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, co-organizador do evento paralelo, intitulado *“Lessons from Brazil – Recovering from setbacks in the fight against hunger and malnutrition and the challenges in the road ahead”*. Local: sede da FAO, 23 de outubro de 2024, Roma, Itália.
- Seminário Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 10 de dezembro de 2023, em Brasília, Brasil. Atividade preparatória da 6ª CNSAN.
- 3ª Reunião da Força-Tarefa para construção da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza (G20): 20 e 24 de maio de 2024, em Teresina, Brasil. O Conseia esteve presente durante o encontro do Comitê Organizador do G20 Social, realizado em Teresina, entre os dias 20 e 24 de maio de 2024. Nessa oportunidade, os conselheiros e a Presidência participaram de reuniões com autoridades governamentais, como a SG-PR, a SECOM-PR, o MDS, o MRE, o MF, o MRE, governo e prefeitura do Rio de Janeiro, além de movimentos sociais. O objetivo dessas reuniões foi apresentar as demandas da sociedade civil para aquele conjunto de autoridades.
- Oficina Internacional “Aprimoramento da internalização dos instrumentos internacionais sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada nas lutas sociais e políticas públicas”: 16 a 18 de setembro de 2024, em Brasília, Brasil. Atividade em parceria com o Instituto Direitos Humanos da Alemanha.
- 52ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, co-organizador do evento paralelo intitulado *“Bringing together urban and food justice: building a common agenda across the CFS workstreams on inequality and urban and peri-urban food systems”* Local: sede da FAO, 23 de outubro de 2024, Roma, Itália.
- 52ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, evento paralelo intitulado *“Participatory and intersectoral governance for the realization of the Human Right to Adequate Food: experiences from Portuguese-speaking countries”* Local: sede da FAO, 25 de outubro de 2024, Roma, Itália.
- G20 Social: Seminário Internacional “A erradicação da fome e a reforma da Governança Global: diálogos e convergências necessárias”: 14 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro, Brasil. O evento culminou com a entrega da declaração final ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O documento destaca a necessidade de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, e foi elaborado com a contribuição de diversos setores da sociedade. Aborda questões cruciais para a agenda de segurança alimentar e nutricional, como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, além da necessidade de uma transição energética justa e de reforma da governança global.



Foto: Audiovisual/PR

Agenda da Presidência do Consea

O mandato de 2023 a 2025 buscou reconstruir o diálogo intersetorial com governo e sociedade civil, com vistas ao fortalecimento do Consea e da agenda de SAN. Nesse contexto, foram realizadas reuniões e audiências com o Presidente da República, com Ministros/as de Estado e outras autoridades governamentais, com representantes de organizações da sociedade civil.

Agendas nacionais e internacionais realizadas pela Presidenta do Consea

2023

Reuniões com autoridades de governo

Presidente da República
Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas
Secretaria-Executiva da Caisan
Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Presidenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais - DPDA, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Frete Parlamentar de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome do Congresso Nacional
Comitê Gestor do Eixo 1 - Renda, Proteção e Promoção Social, do Plano Brasil Sem Fome
Diretoria da Mesa de Diálogos Sociais sobre Eixo 3 - Mobilização para o combate à Fome, do Plano Brasil Sem Fome
Reunião do Comitê Gestor do Eixo 2 - Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo, do Plano Brasil Sem Fome
Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos Pronara CNAPO/CONAMA

Atividades com organizações da sociedade civil

Oficina da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional das cidades - SESAN/MDS, na Enap
Marcha das Margaridas. Painel temático - Soberania alimentar e agroecologia como o caminho para a superação da fome - Marcha das Margaridas/Contag
Segurança alimentar das pessoas privadas de liberdade - Ministério da Justiça
Marco de Referência sobre conflitos de interesse nas políticas públicas de alimentação, tabaco e álcool
Diálogos sobre Determinantes Comerciais da Saúde, Conflitos de Interesse e Rotulagem de Alimentos - OPAS
Seminário Intercâmbio de Experiências sobre Participação Social nas Políticas Públicas
Grupo de Trabalho de Combate à Fome da Universidade de São Paulo
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Combate à Fome
Laboratório de Ação Palmares sobre juventudes negras e SAN
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Teto sobre Cozinhas Solidárias
Instituto de Defesa de Consumidores - IDEC
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
Aliança de Controle do Tabagismo - ACT Promoção da Saúde
FIAN Internacional
Pão para o Mundo
Associação MÃes Metabólicas
Central de Sindicatos Brasileiros
Coletivo de Racismo ambiental - Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)



Foto: Roberta Aline/MDS

Reuniões com autoridades de governo

Ministra de Estado da Saúde
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Ministra de Estado dos Povos Indígenas
Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania
Chefe do Gabinete Adjunto de Informações em Apoio à Decisão GAIA, do Gabinete Pessoal do Presidente da República
Presidenta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Reuniões com organizações da sociedade civil

Global Forum for Food and Agriculture (GFFA) - FAO-BRASIL
Seminário sobre Conferências Nacionais - Secretaria de Participação Social da SG/PR
Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas - Systemiq Earth
IIIº Seminário Nacional Missão Josué de Castro - MPA
Conferência Temática "Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social – SEDES/MCTI
2nd meeting of the Task Force - CNODS/SG/PR
Evento online sobre Decreto Presidencial 11.936 de 05/03/24 sobre a composição da nova cesta básica de alimentos - MDS
Prateleiras de Terra - MDA e INCRA
Roda de Escuta: Segurança Alimentar e Nutricional no Marajó (PA) - CONSEA e CONSEANS/PA
Encontro da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades Alimenta Cidades - Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável DESAU/MDS
Conferência de Políticas contra a Fome - Berlim/Alemanha
3ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) - Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
24ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO - Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica CNAPO
Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Aliança contra a Fome a Pobreza do G20
Encontro Preparatório da Cúpula Social do G20 - SG/PR
Task Force for the Establishment of a Global Alliance Against Hunger and Poverty
Políticas Públicas de Combate à Fome e à Pobreza: Empoderando Mulheres e Meninas para o Desenvolvimento Sustentável - G20
Panorama do combate à fome no G20: diálogos a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional - ALERJ
1º Festival Nacional da Agricultura Familiar "Cultivando Saberes, Sabores e Tradições" – CONTRAF
V Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI
Sessão Solene da Câmara dos Deputados em celebração do Centenário de José Gomes da Silva - Deputado Padre João
VI Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PenSSAN
I Seminário Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Mauá - COMSEA Mauá
Cerimônia Alusiva ao dia Mundial da Alimentação - MDS
Dia Mundial da Alimentação - PR
52ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial
Foro Mundial da Alimentação (WFF) - FAO - Roma (FAO)
Semana SAN Sumaré - COMSEA Sumaré
Dia Mundial da Alimentação - Conselho Estadual de SAN de Goiás
I Encontro Nacional do Programa Cozinha Solidária: uma Política Pública em construção - MDS
Convite Encontro Nacional do Programa Cozinha Solidária - MDS
I Encontro Estadual de Gestão do SISAN de Pernambuco SECOF
X EnconASA Encontro Nacional da ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
Convite Seminário 25 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - CGAN/Ministério da Saúde
Superação da pobreza rural no semiárido brasileiro: a trajetória do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) - Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental
IV Encontro Nacional de Mulheres Camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - Secretaria Nacional MPA
I Congresso Acreano de Alimentação e Nutrição - Congresso Acreano de Alimentação e Nutrição



Foto: Roberta Aline/MDS

Agendas do Consea no Âmbito do Sisan

- Reunião com a Secretaria-Executiva da Caisan sobre encaminhamentos da 1ª Reunião Ordinária Plenária do Consea: 16 de março de 2023.
- Reunião com a Secretaria-Executiva da Caisan e Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável sobre prevenção de conflitos de interesses no âmbito do SISAN: 28 de março de 2023.
- Reunião com a ex-Ministra Márcia Lopes sobre articulação entre o SUAS e o SISAN: 05 de abril de 2023.
- 1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Caisan sobre prevenção e gestão de conflitos de interesse no âmbito do SISAN: 26 de abril de 2023.
- Reunião do GT da Caisan sobre SAN em Centros Urbanos: 28 de abril de 2023.
- Reunião com Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional sobre processo do Plano Plurianual Participativo (PPA Participativo): 03 de maio de 2023.
- Reunião com a Secretaria-Executiva da Caisan sobre fortalecimento institucional do SISAN: 16 de maio de 2023.
- Reunião com SESAN/MDS sobre equipamentos sociais de SAN no SISAN: 05 de maio de 2023.



■ Pleno Executivo da Caisan

- 1ª Reunião: 23 de fevereiro de 2023.
- 2ª Reunião: 30 de março de 2023.
- 3ª Reunião: 07 de junho de 2023.
- 4ª Reunião: 21 de setembro de 2023.
- 1ª Reunião: 01 de março de 2024.
- 2ª Reunião: 03 de maio de 2024.

■ Pleno Ministerial da Caisan

- 1ª Reunião: 27 de junho de 2023.
- 2ª Reunião: 28 de agosto de 2023.
- 3ª Reunião: 02 de fevereiro de 2024.

■ Ciclo de Diálogos Federativos do SISAN: participação da mesa de abertura de todos os 16 encontros realizados entre março de 2023 e janeiro de 2025.

- Roda de Escuta da Sociedade Civil: Segurança Alimentar e Nutricional no Arquipélago do Marajó (PA): 09 de abril de 2024.
- Oficina de formação de conselheiros e conselheiras no Estado do Sergipe: 29 de agosto de 2024.
- Oficina SISAN 2024: Diretrizes gerais para a norma básica, instância tripartite e política de financiamento do Sisan: 19 e 20 de setembro de 2024.

Foto: Lyon Santos/MDS

Roda de Escuta da Sociedade Civil: Segurança Alimentar e Nutricional no Arquipélago do Marajó (PA)

Em 09 de abril de 2024, a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) em articulação com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Pará (Conseans-PA) e com a Secretaria-Geral da Presidência da República promoveu a Roda de Escuta da Sociedade Civil: Segurança Alimentar e Nutricional no Arquipélago do Marajó (PA). Este evento ocorreu de forma remota e contou com a participação de pelo menos 10 (dez) municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de fazer uma escuta da sociedade civil e de agentes públicos por meio de diálogo participativo sobre a situação de segurança alimentar e nutricional no território do Marajó. A atividade também teve o

intuito de contribuir com a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e com a troca de saberes sobre as instâncias de governança do sistema.

A Roda de Escuta oportunizou a fala de lideranças da sociedade civil de 17 (dezessete) municípios do Arquipélago do Marajó. Foram levantadas informações sobre a realidade local e mapeadas as principais demandas. O resultado dessa escuta foi transformado em um relatório que foi encaminhado para a equipe de organização da 2ª Caravana do Plano Brasil sem Fome (PBSF) nas cidades de Belém, de Soure e de Melgaço, nos dias 18 e 19 de abril de 2024.

VI Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN)

O Consea realizou atividade autogestionada, em 10 de setembro, durante o VI Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN) intitulada "20 anos das Diretrizes Voluntárias para o Direito Humano à Alimentação Adequada: balanços, aprendizados e perspectivas".



Foto: Rede Penssan

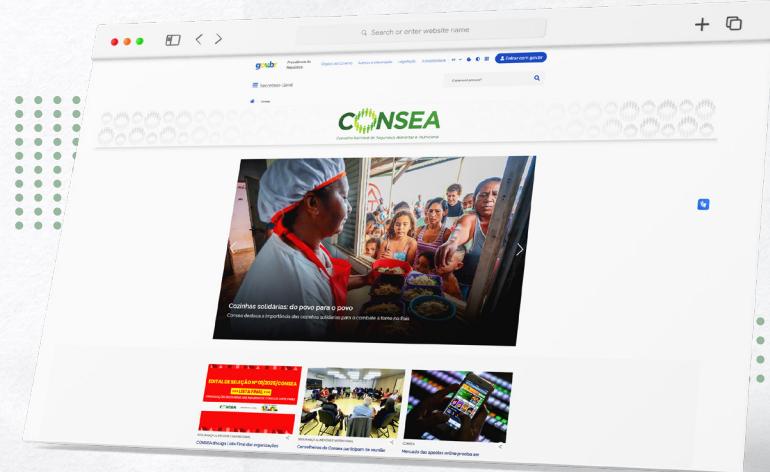
Comunicação

O setor de comunicação do Conseia enfrentou grandes desafios durante o mandato 2023-2025. Com a reinstalação do Conseia e o baixo número de servidores, a síntese dos trabalhos era divulgada por meio de Boletins semestrais. Essa estratégia foi usada durante o ano de 2023, com a publicação de 02 Boletins Informativos, na [página do Conseia no portal gov.br](#).

A partir de 2024, um grande trabalho de atualização do site do Conseia foi realizado. Em paralelo, a memória digital do Conselho foi migrada para a plataforma gov.br de modo que os principais arquivos do antigo portal foram preservados.

No novo site, o usuário pode encontrar, além das notícias e do calendário das reuniões, todos os documentos produzidos nesse mandato do Conseia.

Informações sobre a estrutura do Conseia, Representantes da Sociedade Civil, Caisan, 6^a CNSAN, Boletim Conseia e Acervo Conseia, estão dispostas em blocos que visam otimizar a navegação no site do Conseia. O bloco Acervo Conseia contém toda a base documental do Conselho, inclusive os documentos que estão sendo migrados do antigo portal do Conseia.



Matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação do Conseia

Ao todo, foram produzidas 58 matérias para o site do Conseia. Para acessar o conteúdo, clique no título desejado. 

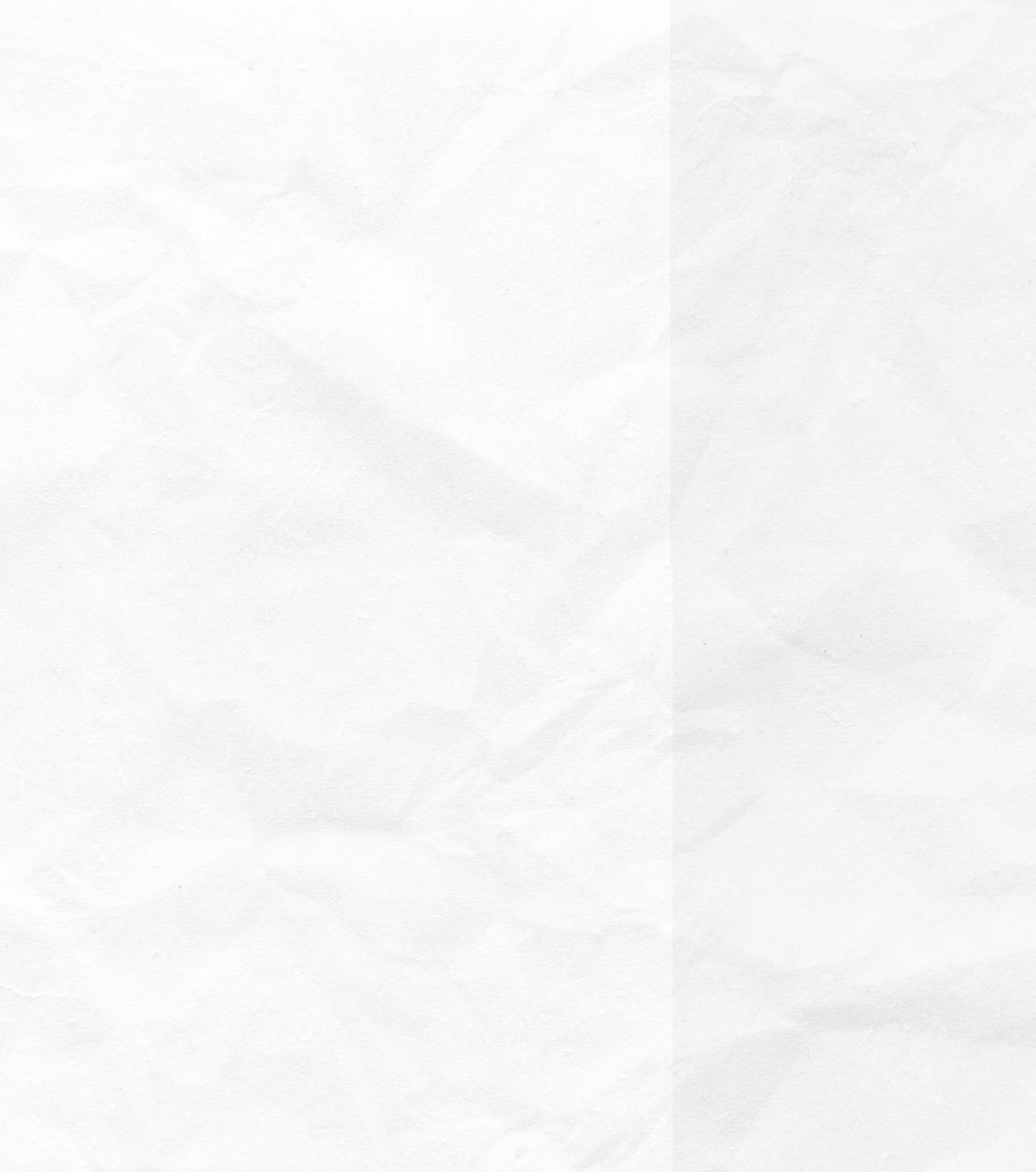
Peças produzidas pelo Consea

Foram produzidos 8 cards para envio por e-mail o/ou WhatsApp.



Peças produzidas pela Assessoria de Comunicação do Consea

Entre 2023 e 2024, o Consea foi citado 34 vezes pela imprensa. Para acessar o conteúdo, clique no título desejado.



Notas públicas

Durante o mandato 2023-2025, foram elaboradas e publicadas 06 Notas Públicas:

IMPRENSA

PESAR

REPÚDIO

SOLIDARIEDADE

Recomendações

Durante as sessões plenárias, no mandato 2023-2025, foram construídas 51 Recomendações, sendo 24 em 2023 e 27 em 2024. Esse material foi consolidado e publicado em 02 Cadernos de Recomendações, que podem ser consultados no site do Consea.

As Recomendações documentam as decisões colegiadas do conselho, dirigidas a órgãos e entidades públicas sobre questões relativas ao SISAN e à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A síntese dessa produção e o estado atual de acompanhamento das respostas é a seguinte.













*Trata-se da 27ª Recomendação aprovada pelo Plenário do Consea, cujo Sistema SEI/PR atribuiu o nº 28/2024.

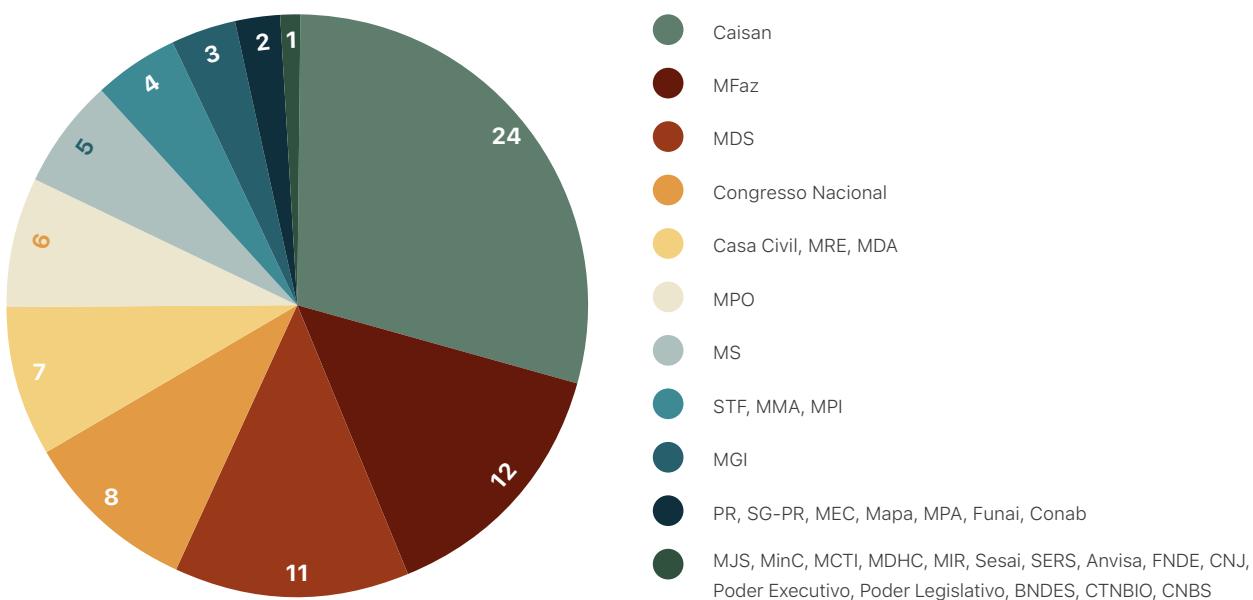
Ao longo dos anos de 2023 e 2024, a interlocução do Consea por meio das Recomendações demonstrou a importância com a articulação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Essa instância apareceu como destinatária em 24 Recomendações, das quais 7 foram endereçadas exclusivamente a ela.

Na sequência, os órgãos destinatários das Recomendações com maior recorrência foram: Ministério da Fazenda (12 vezes), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (11 vezes), Congresso Nacional (8 vezes). A Casa Civil e os Ministérios do

Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e das Relações Exteriores apareceram como destinatários em 7 oportunidades cada. O Ministério do Planejamento e Orçamento foi destinatário em 6 Recomendações e o Ministério da Saúde em 5. Já o Supremo Tribunal Federal, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério dos Povos Indígenas receberam 4 Recomendações cada.

Os demais 23 órgãos e entidades que figuraram nas ementas das 51 Recomendações produzidas pelo Consea em 2023 e em 2024, foram destinatários em até 3 momentos. O gráfico a seguir ilustra a destinação das Recomendações por órgão.

Quantidade de recomendações por órgão destinatário



Quanto ao conteúdo das recomendações, é possível identificar 9 macro temas, sendo:

- 1 SISAN:** Financiamento, Vigilância, Adesão, Participação e Controle Social, Regulamentação, Articulação Federativa, Monitoramento e Fiscalização, Políticas, programas e equipamentos.
- 2 Combate à Fome:** Garantia e proteção de renda, Políticas, programas e equipamentos, Vigilância, Busca ativa.
- 3 Alimentação adequada e saudável:** Cesta Básica, Reforma Tributária, Rotulagem, Publicidade, SAN nas cidades, EAN, Agenda regulatória.
- 4 Compras públicas:** Simplificação e desburocratização, barreiras sanitárias, Financiamento, ATER, Fiscalização, Força de trabalho, Alimentação Escolar.
- 5 Terra e território:** Reforma agrária, Demarcação, Titulação, Acesso a políticas, programas e serviços.
- 6 Agricultura familiar, produção e abastecimento:** Crédito, Fomento, ATER, Barreiras sanitárias, Desburocratização, Abastecimento, Plano Safra da AF, Agroecologia, Agrotóxicos, Transgênicos, Financeirização da natureza, Sistemas alimentares sustentáveis.
- 7 SAN nas Cidades:** Alimenta Cidades, Agricultura Urbana e Periurbana, Equipamentos.
- 8 População Negra, Povos Indígenas e PCTs:** Visibilidade, Garantia de acesso a políticas, programas e serviços, Necessidades específicas e singulares.
- 9 Agenda Internacional:** Promoção internacional do DHAA, Cooperação internacional em SAN, Governança global, Participação e controle social.



Observa-se que cada tema aborda áreas que precisam ser aprimoradas para garantir sistemas alimentares mais justos e inclusivos. Entre os destaques estão: a necessidade de fortalecer a articulação entre diferentes esferas de governo, a regulamentação de práticas como a publicidade e rotulagem de produtos alimentícios e a promoção de políticas específicas para grupos marginalizados, como a população negra e povos indígenas.

Além disso, questões como a agricultura familiar, o financiamento de programas de combate à fome e a busca ativa por aqueles em situação de vulnerabilidade são essenciais para assegurar a implementação efetiva de políticas de SAN.

O conteúdo das Recomendações reflete a complexidade da luta pela garantia do direito humano à alimentação e pela segurança alimentar e nutricional, exigindo um esforço contínuo e colaborativo entre as esferas de governo, sociedade civil e organismos internacionais para alcançar a segurança alimentar global.

Resoluções

O Plenário do Consea aprovou 06 Resoluções no mandato 2023-2025. As Resoluções tratam de deliberação sobre organização e funcionamento interno, planos de ação, projetos de regimento interno do Consea, e, ainda, sobre estratégias de articulação entre o Consea e outros Conselhos Nacionais ou mobilização dos Conseas Estaduais ou Municipais. A síntese das Resoluções aprovadas nesse mandato pode ser conferida a seguir e todas estão disponíveis no site do Consea:



Editais

O Consea implementou uma iniciativa inédita com a publicação de editais para a seleção pública por meio de consulta entre pares com a finalidade de compor a lista de indicação de organizações representantes da sociedade civil para integrar o Conselho, no mandato 2025 - 2027. Essa lista foi apresentada ao Presidente da República, que é a autoridade competente para a designação da composição do Consea, mediante Decreto.

Foram publicados 2 editais, os quais buscaram propiciar um processo democrático de debate entre as organizações

da sociedade civil, de modo a reforçar a autonomia das organizações e participação de debates e escolha entre pares de um mesmo segmento no processo de escolha e de indicação das organizações, bem como a legitimidade da representação das organizações de sociedade civil.

Todo o processo regido pelos editais foi baseado nas propostas aprovadas na 6ª CNSAN quanto aos princípios orientadores para a renovação do Conselho, bem como os segmentos da sociedade civil que deveriam estar representados.

O Edital nº 01/2024/CONSEA contemplou 48 vagas de conselheiros/as representantes da sociedade civil. Essas vagas foram distribuídas, por segmento, da seguinte forma:

9 vagas para atores coletivos/ grupos sociais prioritários para o acesso à alimentação adequada e saudável e à água de qualidade

9 vagas para atores coletivos da produção, abastecimento e oferta de alimentos

4 vagas para coletivos da educação, formação e pesquisa

5 vagas para coletivos da saúde e nutrição

7 vagas para coletivos e mobilizadores da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada

5 vagas para coletivos do desenvolvimento sustentável

9 vagas para povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais

(sendo 4 vagas para povos indígenas e 5 vagas para povos e comunidades tradicionais)

Como resultado do Edital nº 01/2024/CONSEA, de 27 de setembro de 2024, foram selecionadas 41 organizações da sociedade civil.

O Edital nº 01/2025/CONSEA contemplou as 7 vagas remanescentes do Edital anterior. Essas vagas foram distribuídas, por segmento, da seguinte forma:

4 vagas para atores coletivos/ grupos sociais prioritários para o acesso à alimentação adequada e saudável e à água de qualidade

3 vagas para povos indígenas

Como resultado do Edital nº 01/2025/CONSEA, de 14 de janeiro de 2025, foram selecionadas 7 organizações da sociedade civil.





Organizações sociais escolhidas pelos pares para compor o Conseia

Mandato 2025-2027

ACT Promoção da Saúde (ACT)
 Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs)
 Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
 Articulação Brasileira de Gays (ARTGAY)
 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)
 Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
 Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
 Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
 Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN)
 Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
 Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN)
 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)
 Associação Cidade Para Todos
 Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
 Associação Nacional de Mulheres Camponesas/Movimento de Mulheres Camponesas (ANMC/MMC)
 Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC/ASA Brasil)
 Associação Slow Food do Brasil (ASFB)
 Cáritas Brasileira
 Central Única dos Trabalhadores (CUT)
 Centro Palmares de Estudos e Assessoria por Direitos (Centro Palmares)
 Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (CAIANAS)
 Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU)
 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)
 Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
 Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
 Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)
 Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
 Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)
 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)
 Instituto Socioambiental (ISA)
 Marcha Mundial das Mulheres (MMM)
 Memorial Chico Mendes (MCM)
 Movimento Camponês Popular (MCP)
 Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD)
 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
 Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
 Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR)
 Movimento Nacional População de Rua (MNPR)
 Movimento Negro Unificado (MNU)
 Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (FIAN Brasil)
 Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)
 Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN)
 Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS)
 Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN Brasil)
 Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO)
 Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB)
 União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)
 Visão Mundial (VM)

Balanço das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalho



Comissões permanentes

As Comissões Permanentes são instâncias do Conselho responsáveis por fazer os debates temáticos, encaminhar as discussões e elaborar propostas e recomendações ao governo para consideração da Plenária. Sob a coordenação de um/a conselheiro/a, é composta por conselheiros/as, observadores/as e convidados/as, e são organizadas por temas e/ou grupos populacionais específicos. No mandato 2023-2025, estiveram ativas um total de 8 comissões:

- **Comissão Permanente 1 (CP1):** Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN;
- **Comissão Permanente 2 (CP2):** Ambientes Alimentares, Alimentação Adequada e Saudável e Nutrição;
- **Comissão Permanente 3 (CP3):** Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável;
- **Comissão Permanente 4 (CP4):** Direito Humano à Alimentação Adequada;
- **Comissão Permanente 5 (CP5):** Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e enfrentamento ao racismo;
- **Comissão Permanente 6 (CP6):** Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas;
- **Comissão Permanente 7 (CP7):** Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais;
- **Comissão de Presidentes dos CONSEA Estaduais/ Distrital (CPCE):** que trata do diálogo e debates sobre as questões relacionadas ao SISAN e às políticas públicas nas unidades federadas.

A seguir, está uma síntese da atuação das Comissões Permanentes, ao longo do mandato 2023-2025.

Comissão Permanente 1 (CP1)

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Monitoramento e Agenda Internacional de SAN

Palavras-chave: Sisan; intersetorialidade; governança; pactuação federativa; co-financiamento; macrodesafios e agenda internacional.

Ementa: A CP1 abordou os temas estruturais para a implementação e funcionamento do Sisan, a partir da voz e participação ativa dos sujeitos de direito, tais como a reconstrução e o fortalecimento da governança do sistema, participação e controle social, co-financiamento, PPA e orçamento participativo, relações e pactuação federativa, pactuação e articulação interpoderes, critérios de adesão ao sistema, conflitos de interesse, relações interconselhos e intersistemas, com ênfase no SUS e SUAS. Trabalhou de forma articulada com a CPCE e em cooperação com a CAISAN, de modo a fortalecer a intersetorialidade, a gestão interfederativa, a participação social, formação, informação e educação em segurança alimentar e nutricional para gestores, profissionais, participantes do controle social e a elaboração do Plano Nacional de SAN.

A CP1 também foi responsável pelo acompanhamento da agenda internacional, articulando com demais CPs, de acordo com o tema, incluindo os macrodesafios como pobreza, mudanças climáticas, sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, apoio a iniciativas de promoção da soberania, segurança alimentar e nutricional. Entram na agenda temas em curso como a Cúpula dos Sistemas Alimentares, espaços de atuação internacional (CPLP, CSA) e monitoramento de acordos internacionais.

Principais temas tratados em 2023-2024: Normativas de adesão de estados e municípios ao SISAN; pactuação tripartite; normas operacionais; financiamento do SISAN; normativas sobre Conflito de Interesses (para o SISAN e Consea); Plano Brasil Sem Fome; Plano Nacional de SAN; protocolo SUAS/SISAN/SUS Brasil Sem Fome (Triagem de Risco de Insegurança Alimentar - TRIA); panorama e desafios da adesão dos municípios ao SISAN; controle social da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades e do PAA; Encontro Nacional do SISAN.

Outros temas relevantes para esta CP foram: mecanismos de exigibilidade no âmbito do SISAN (em articulação com a CP4), monitoramento de indicadores de insegurança alimentar no SISAN, com especial atenção a PCTs e Povos Indígenas, Orçamento Público de SAN.





Comissão Permanente 2 (CP2)

Ambientes Alimentares, Alimentação Adequada e Saudável e Nutrição

Palavras-chave: Sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas; ambientes alimentares; conflitos de interesse; agenda regulatória; todas as formas de má-nutrição; aleitamento materno; alimentação adequada e saudável.

Ementa: A CP2 abordou os temas das agendas regulatória, fiscal e tributária com a perspectiva de apresentar recomendações para que a reforma tributária e outras mudanças nas leis promovessem saúde e bem-estar e prevenissem doenças e mortes evitáveis, bem como aumentassem a oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis nos termos do Guia Alimentar para População Brasileira e do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, e também criasse tributos sobre produtos que causam danos à saúde, como bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, assim como ao meio ambiente, como agrotóxicos e combustíveis fósseis.

Esta CP tratou de temas relacionados à promoção da alimentação adequada e saudável, políticas públicas e medidas regulatórias para construção de ambientes e entornos alimentares saudáveis (como as ações e medidas para monitoramento e fiscalização, pela Anvisa e demais autoridades competentes, da implementação da nova norma de rotulagem nutricional), os desfechos da alimentação na saúde coletiva, a utilização dos Guias Alimentares supracitados como indutores de políticas públicas, Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diferentes oportunidades e com diferentes públicos, políticas públicas voltadas para a melhoria do estado nutricional da população brasileira e organização da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS). Debateu sobre formas de alcançar mudanças na legislação e concentração de mercados e incentivos às formas predatórias e violadoras de produção de alimentos, incluindo os grandes projetos de energias renováveis e por justiça fiscal. Também abordou a prevenção e controle de conflitos de interesse na definição e implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, em diálogo com a CP1 e CP4.

Principais temas tratados em 2023-2024: reforma tributária; prevenção de conflitos de interesse no âmbito do Consea e das políticas de segurança alimentar e nutricional; composição da cesta básica para fins de políticas públicas; trigo transgênico; contribuições para o Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional no Plano Clima; aplicação da RDC nº 24; inclusão produtiva; agenda regulatória sobre produtos vegetais análogos a produtos de origem animal; marketing digital de substitutos do leite materno; cultura alimentar; monitoramento de políticas em processo de formulação, com ênfase nas seguintes: Estratégia SAN nas Cidades; estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade para Brasileiras e Brasileiros; monitoramento de execução orçamentária de ações de segurança alimentar e nutricional com interface com a CP2.

Outros temas que orientaram os debates da CP são: sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas e determinantes de todas as formas de má nutrição; valorização da cultura alimentar em sua diversidade, promoção da alimentação adequada e saudável, promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar adequada e saudável e infância."

Comissão Permanente 3 (CP3)

Produção, abastecimento e alimentação adequada e saudável

Palavras-chave: produção, abastecimento, agricultura familiar e camponesa, produção orgânica e agroecológica, direitos territoriais, acesso à água.

Ementa: Os temas tratados na CP3 estão relacionados aos direitos territoriais, produção e abastecimento de alimentos adequados e saudáveis e políticas de acesso aos recursos renováveis. Temas convergentes como Sindemia Global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, sistemas alimentares justos e sustentáveis, crise climática, fomento e apoio à produção agroecológica no campo e na cidade, e fortalecimento da agricultura familiar e campesina.

Sobre direitos territoriais, foram priorizados debates sobre terra e território, demarcação, titulação e concessões.

Foram debatidos também Reforma Agrária, inclusive questões como a alimentação nos acampamentos, fomento à produção de alimentos, acesso à tecnologias produtivas e a mercados (inclusive mercados institucionais) por assentados e acampados da reforma agrária.

Tratou políticas de acesso à água, de forma a reforçar a importância dessas políticas para região Nordeste, mas também a urgência da expansão dessas políticas para outros territórios, além das questões relacionadas aos impactos da mineração sobre os territórios e a água.

Além disso, abordou políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, com olhar sobre fomento, crédito e seguro agrícola; o apoio e assistência técnica à agricultura familiar; o fortalecimento do PRONAF; o Plano Safra da Agricultura Familiar; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; o acesso de agricultores familiares a mercados; os programas de compras institucionais da Agricultura Familiar, inclusive o PAA e o PNAE; a retomada da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) em diálogo com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), políticas de resgate e valorização das sementes crioulas, combate aos agrotóxicos e às sementes transgênicas, dentre outras.

Debateu e propôs formulações para uma Política Nacional de Abastecimento como eixo articulador e promotor do diálogo com vários temas e desafios dos sistemas alimentares justos, saudáveis e sustentáveis da produção ao consumo, em diálogo com a CAISAN.

Principais temas tratados em 2023-2024: abastecimento; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Plano Safra; composição cesta básica; discussão da RDC nº 49/2013 da Anvisa.

Comissão Permanente 4 (CP4)

Direito Humano à Alimentação Adequada

Palavras-chave: Direito humano à alimentação adequada, pobreza, insegurança alimentar e nutricional, iniquidades dos sistemas alimentares, justiça alimentar, violações dos direitos humanos, exigibilidade de direitos humanos.

Ementa: O Direito Humano à Alimentação e Adequadas (DHAA), suas dimensões, princípios e mecanismos de exigibilidade têm sido historicamente tratados no âmbito do Conseia no sentido de incorporá-los nos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

A CP4, em articulação com outras instâncias de proteção e promoção dos direitos humanos, em especial o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), contribuiu com acompanhamento de denúncias e monitoramento de violações relacionadas ao DHAA, em especial das violações de direitos territoriais, geracionais (com ênfase na infância e juventude), étnicos-raciais, de gênero, violações de direitos de refugiados e estrangeiros e do acesso à água. Especial atenção foi dada à violações relacionadas à soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades alimentares especiais e segmentos sociais que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional (ex: pessoas em situação de rua, acampadas(os) da reforma agrária, catadoras(res) de materiais recicláveis, crianças, adolescentes, juventude e população idosa, entre outros).

Coube a esta CP debater e formular recomendações ao Estado, inclusive ao Poder Legislativo e ao Sistema de Justiça para respeitar, proteger, promover, prover, monitorar e avaliar a realização do DHAA. São ainda temas desta Comissão a recomendação da criação de mecanismos de exigibilidade no âmbito das políticas públicas; estratégias de formação em DHAA para o empoderamento das(os) titulares deste direito, a prevenção e controle de conflitos de interesse na formulação de marcos legais e políticas para garantia do DHAA.

A agenda da Comissão previu a busca por formas de incluir e transversalizar o debate sobre o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas de crianças, adolescentes, juventude e população idosa, segmentos vulnerabilizados da população, inclusive refugiados emigrantes, LGBTQIA+ e população carcerária no SISAN.

Além disso, nas abordagens da promoção, proteção, apoio e reparação, e no contexto de ameaças e graves retrocessos em relação ao DHAA foi fundamental a abordagem de direitos humanos, pautada nas normativas nacionais e internacionais e nas políticas públicas, bem como o permanente diálogo entre a sociedade civil e o Poder Público, para a exigibilidade do DHAA, incidindo nos âmbitos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Sistema de Justiça, nacional e internacionalmente.

Principais temas tratados em 2023-2024: contribuição na elaboração do Plano Brasil Sem Fome sob o olhar do DHAA; 6ª CNSAN; criminalização dos movimentos sociais ligados ao DHAA e ao combate à Fome; grupos populacionais vulnerabilizados e intersetorialidade no abastecimento, no PAA e na exigibilidade do DHAA; o DHAA e as ameaças do Marketing digital dos substitutos do leite materno para crianças até 2 anos de idade; ação articulada em intersetorialidade; DHAA no sistema prisional e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); DHAA e população negra e povos e comunidades tradicionais foram abordados de forma transversal; DHAA e os povos indígenas e as questões do marco temporal em relação aos Territórios Indígenas em conflito; Plano Nacional da População em situação de rua e as especificidades do DHAA; Plano Ruas Visíveis, Programa Cidadania Marajó, Plano Brasil Sem Fome, PNAE e PAA sem contingenciamento; busca ativa do CadÚnico no SNAS/MDS sobre as violações de direito, necessidade de treinamento do CRAS e outros elementos; mudanças climáticas e a situação do desastre pelas chuvas do Rio Grande do Sul; reconstrução do Rio Grande do Sul; acesso a políticas e ações de ajuda emergencial as diretrizes Intersetoriais para a proteção e promoção do direito humano à alimentação adequada em situações de catástrofes decorrentes da crise climática; SISAN e seus equipamentos públicos de SAN em especial o novo programa de Cozinha Solidária dando ênfase ao olhar para o acesso à Alimentação Adequada de forma justa e com a devida dignidade humana de crianças, adolescentes, juventude e população idosa, segmentos vulnerabilizados da população, inclusive refugiados emigrantes, LGBTQIA+ e população carcerária no SISAN e as excluídas pela pobreza extrema, como a população em situação de rua; formação em DHAA para servidores públicos em geral para executivo, judiciário, e para o legislativo brasileiro com objetivo de aperfeiçoar os agentes operadores de políticas públicas do Estado democrático de Direito; SISAN e política econômica.



Comissão Permanente 5 (CP5)

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e enfrentamento ao racismo

Palavras-chave: População negra, direitos territoriais e patrimoniais, segurança alimentar e nutricional, cultura alimentar, racismo estrutural, institucional e ambiental.

Ementa: A CP5 teve como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e a promoção da igualdade e justiça racial, a partir do olhar da população negra e o enfrentamento ao racismo.

Tratou da soberania, da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada da população negra.

A CP5 levou em conta os recortes de etnia, raça, gênero, idade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, como a relação campo e cidade bem como a relação entre esses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade.

Propôs mecanismos para o acesso efetivo às políticas públicas da população negra e às formas de enfrentamento ao racismo e de alcance da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional desta população.

A CP acompanhou, também, os desdobramentos da adoção voluntária pelo Governo brasileiro de um décimo oitavo Objetivo na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o ODS 18 Igualdade Racial.

Principais temas tratados em 2023-2024: enfrentamento ao racismo e à fome; inclusão de categoria raça/etnia na identificação dos agricultores familiares fornecedores do PNAE; a questão climática e o racismo ambiental; campanha antirracista; interseccionalidade entre gênero, raça e insegurança alimentar e nutricional, com enfoque nas mulheres negras.

Comissão Permanente 6 (CP6)

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas

Palavras-chave: Povos indígenas, direitos territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos.

Ementa: CP6 teve como pauta debater a situação de emergência alimentar e violações de direitos dos Povos Indígenas, após anos de desmonte das instituições e políticas públicas. Debateu e propôs o monitoramento da situação de insegurança alimentar e nutricional das etnias em maior vulnerabilidade tais como o povo Yanomami (impactados pela invasão das terras indígenas pelo garimpo, contaminação dos rios e apresentando altas taxas de mortalidade e morbidade, desnutrição infantil e adulta e mortalidade infantil). Discutiu prioridades para o provimento alimentar e ações emergenciais e estruturantes para o Povo Guarani-Kaiowá, sem desconsiderar outros povos em situação de emergência.

A comissão teve por objetivo discutir, monitorar, avaliar e propor políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional a partir da perspectiva dos povos indígenas como sujeitos de direitos e articular mecanismos que assegurassem o acesso efetivo dos povos indígenas às políticas públicas. O Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas é indissociável do direito à terra e ao território.

Sua agenda abrangeu temas como os direitos territoriais e patrimoniais, o conhecimento tradicional, o acesso a água, a cultura alimentar, os programas de transferência de renda e de distribuição de alimentos, a alimentação escolar, a gestão ambiental e territorial, a sustentabilidade, o resgate de sementes tradicionais e fomento à formação e bancos de sementes in situ nos territórios, a produção sustentável de alimentos, o fomento e a assistência técnica e extensão rural indígena, a saúde indígena, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas em geral e em face às mudanças do clima, os impactos da mineração e das grandes obras de infraestrutura, entre outros. Considerar as especificidades das práticas de produção de alimentos de cada bioma.

Além do monitoramento das ações, projetos, programas e políticas sob a perspectiva da intersetorialidade executados pelo Poder Executivo, a CP6 monitorou, no âmbito do Poder Legislativo, a tramitação de Projetos de Lei e de Emendas Constitucionais afetos aos temas supracitados e os processos judiciais relacionados à regularização de terras indígenas junto ao Poder Judiciário.

Principais temas tratados em 2023-2024: Marco Temporal; cesta de alimentos; Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE Yanomami); Ebia indígena; Sisteminha Embrapa; Sistemas Alimentares Indígenas; III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan); Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Planaab).

Comissão Permanente 7 (CP7)

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Povos e Comunidades Tradicionais

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais, direitos territoriais e patrimoniais, violações de direitos, cultura alimentar, gestão ambiental e territorial, saúde, modos de vida, alimentação escolar, provimento de alimentos.

Ementa: A CP7 teve como escopo dos seus debates as iniquidades de raça nas políticas públicas e no sistema alimentar, a discriminação étnico-racial, a erradicação do racismo, a superação dos mecanismos de racismo estrutural, institucional e ambiental e a promoção da igualdade e justiça racial. Tais discussões ocorreram a partir do olhar dos povos e comunidades tradicionais e sua ciência e forma de combater estas iniquidades. Tratou da soberania, da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) priorizando temas relacionados aos direitos territoriais e patrimoniais, terra e território; demarcações, titulação e concessão e reforma agrária, cultura alimentar e práticas alimentares tradicionais, políticas públicas e racismo estrutural, institucional e ambiental, biodiversidade, etnodesenvolvimento e inclusão produtiva. Esta CP7 incluiu nos seus debates o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais. Teve como debate a Soberania e segurança alimentar e nutricional de Povos e Comunidade Tradicionais nos termos dos Decreto 6.040/2007 e Decreto nº 8.750/2016. Tratou, também, do monitoramento e aprimoramento de políticas e programas tais como PAA e PNAE entre outros, propondo mecanismos que assegurassem o acesso efetivo dos povos e comunidades tradicionais às políticas públicas.

Principais temas tratados em 2023-2024: Cozinhas solidárias; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Cadastro Único; Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF; Plano Plurianual; defesa agropecuária; vigilância sanitária; racismo e SAN; governança da política de SAN; pescado - maretórios; Rota do Bode; compras públicas e PCTS, Catrapovos Brasil; cesta básica; questão tributária; reconhecimento de todos povos e comunidades tradicionais; 6º Conferência de SAN; terra, território e territorialidade; Sisteminha Embrapa; ampliação de registros de produtos da sociobiodiversidade.

Comissão de Presidentes dos CONSEAs Estaduais/ Distrital (CPCE)

Palavras-chave: SISAN; financiamento; controle social; CONSEAs Estaduais e Municipais; Conflitos de interesse; Políticas, Programas e Ações de SAN.

Ementa: A CPCE buscou fortalecer a implementação e a consolidação do SISAN nos Estados e municípios, considerando o contexto e as dinâmicas locais. Propôs estratégias de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar que considerassem as dimensões emergenciais e estruturantes, voltadas ao público em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente, mulheres e negras, crianças e povos e comunidades tradicionais. Propôs alternativas para políticas públicas e o enfrentamento das questões que dificultam o acesso à terra e aos territórios na perspectiva de um sistema alimentar saudável.

Principais temas tratados em 2023-2024: Prioridades para agenda do SISAN; financiamento; novo Decreto de adesão ao SISAN; nova Resolução de Adesão dos Municípios ao SISAN e panorama e novas adesões; Alimenta Cidades e PAA: papel das Caisans e Conseas estaduais e municipais; Fórum dos Conseas em diálogo com a SECF/MDS; Mudanças climáticas, soberania e segurança alimentar e nutricional; Adesão ao SISAN e PAA; Cozinhas Solidárias; Instâncias de diálogo e pactuação federativa; Plano Nacional de Abastecimento Alimentar; contribuições dos Conseas Estaduais sobre a situação de fome no Brasil (núcleo duro da fome); situação do Conseas SC sobre inclusão de ultraprocessados na alimentação escolar; PNAE; Pesquisa sobre a atuação dos CONSEAs; discussão sobre a fome no Brasil (núcleo duro da fome) a partir do olhar dos CONSEAs Estaduais; 6ª Conferência de SAN; III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Socialização das Experiências dos CONSEAs: Experiência de Monitoramento do DHAA MG, Experiência de Monitoramento do Plano de SAN do estado da Bahia, Experiência de Monitoramento, da Caravana Agroecológica SE.





PRINCIPAIS TEMAS TRATADOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES EM 2023-2024

Durante o período de 2023-2024, diversos temas foram discutidos pelas Comissões Permanentes do Conseia. Entre os principais temas destacam-se:

- 1 SISAN:** Normativas de adesão, financiamento e gestão.
- 2 Plano Brasil Sem Fome:** Estratégias e ações para erradicar a fome no país.
- 3 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan):** Diretrizes para garantir a segurança alimentar.
- 4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** Incentivo à produção e distribuição de alimentos.
- 5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** Políticas para a alimentação escolar.
- 6 Cesta básica:** composição, reforma tributária e políticas públicas relacionadas.
- 7 Mudanças climáticas:** Impactos na segurança alimentar e nutricional.
- 8 Conflito de interesses:** Normativas e prevenção no âmbito das políticas de segurança alimentar e nutricional.
- 9 Racismo e insegurança alimentar e nutricional:** Interseccionalidade e enfoque nas populações vulneráveis (PCTs, indígenas, população negra, população de rua, população carcerária, entre outros).

Esses temas refletem a complexidade e a abrangência das questões tratadas, evidenciando a importância de uma abordagem integrada e intersetorial para promover a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Grupos de trabalho

Os grupos de trabalho (GTs) são criados no âmbito das comissões permanentes ou por decisão da Presidência quando há a necessidade de maior aprofundamento de temas ou de organização de atividades e/ou eventos específicos. Podem ser compostos por integrantes de mais de uma comissão do CONSEA, bem como por outros integrantes do CONSEA e de outras instâncias colegiadas de participação social, caso em que deverão ser criados e vinculados diretamente à Mesa Diretiva. Os GTs devem convidar representantes da sociedade civil, com reconhecido conhecimento, para contribuir com a discussão em pauta.

Os trabalhos seguem recortes de gênero, geracional, de raça e etnia. Os GTs ativos durante o mandato 2023-2025 foram:

Grupo de Trabalho sobre Agenda Internacional em SAN:

Com o objetivo de formular, acompanhar e incidir nas agendas internacionais relacionadas à segurança alimentar e nutricional, bem como na atuação internacional do governo em torno desta agenda.

Grupo de Trabalho sobre Conflito de Interesses:

Com o objetivo de elaborar resolução sobre prevenção de conflitos de interesse, de promover formação em Conflito de Interesses para conselheiras e conselheiros do Conseia e de incidir sobre a Caisan de forma que sejam estabelecidos mecanismos para prevenir, mitigar e gerenciar conflitos de interesses no âmbito do SISAN.

Grupo de Trabalho para a construção do Marco de Referência de Cultura Alimentar para Políticas Públicas:

Com o objetivo de desencadear processos de diálogo acerca da cultura alimentar brasileira que incluam a identificação de barreiras e possibilidades de sua incorporação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e outras.

Representação em colegiados

Durante o mandato 2023-2025 os/as Conselheiros/as representaram o Consea em diversos espaços colegiados:

- Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios - MMA
- Grupo Consultivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar - FNDE
- Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos -SESAN/MDS
- Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Termos de Colaboração celebrados pelo MDS no âmbito do Programa Cisternas - SESAN/MDS
- Comitê de Assessoramento do Programa Cozinha Solidária - SESAN/MDS
- Comitê Gestor da Política Nacional de Abastecimento - SEAB/MDA
- Grupo de Trabalho de Nutrição do Comitê de Operações Emergenciais "Povos Yanomami" - Ministério da Saúde e Casa Civil
- Comitê Permanente de Abastecimento, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Condrad/MDA
- Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana - SESAN/MDS
- Fórum Interconselhos 2024 - SG-PR
- GT da CAISAN sobre Agenda Internacional de SAN - CAISAN, MRE e MDS
- GT da CAISAN sobre Calamidades e Situações de Emergência - CAISAN e SG-PR
- GT da CAISAN sobre Compras Públicas da Agricultura Familiar - CAISAN, SESAN/MDS e MDA
- GT da CAISAN sobre SAN em Ambientes Urbanos - CAISAN, SESAN/MDS e MCid
- GT da CAISAN sobre Conflito de Interesse - CAISAN e MS
- GT da CAISAN sobre Plano Clima - CAISAN e SESAN/MDS
- GT da CAISAN sobre Estratégia Intersetorial de prevenção e controle da Obesidade CAISAN e SESAN/MDS
- Comitê Nacional de Amamentação - CAISAN e CGCRIA/MS
- GT para atualização da Estratégia Intersetorial para redução das perdas e desperdício - CAISAN



Conclusões

Nos anos de 2023 e 2024, foi conduzido um intenso trabalho de **reconstrução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)**. Com o envolvimento ativo de todos os participantes das diversas instâncias do conselho, consolidou-se um espaço essencial para o diálogo e a participação social na formulação e monitoramento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

A **Cerimônia de Reinstalação**, realizada em 28 de fevereiro de 2023, representou um marco significativo no cenário das políticas públicas, especialmente na promoção do **Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. A partir desse momento, abriu-se um caminho para a construção de agendas estratégicas e articulações fundamentais para o combate à fome. Como parte desse esforço, a **Mesa Diretiva** realizou 22 encontros e, no total, foram promovidas **13 reuniões plenárias** — sendo **7 em 2023 e 6 em 2024**.

A **6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN)**, realizada em 2023, simbolizou um momento crucial para o Consea. Após um período de desmonte de políticas públicas, a conferência foi essencial para mobilizar tanto os conselhos e a sociedade civil organizada quanto toda a população brasileira. O tema central, "**Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade**", refletiu a urgência e a importância do debate. Nesse contexto, foram aprovadas **248 propostas**, das quais **118 foram priorizadas** para incidência na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional, especialmente no III PLANSAN.

A **6ª CNSAN** inovou ao adotar **Conferências Livres Nacionais**, garantindo maior autonomia às organizações sociais na construção de propostas e ampliando a participação popular por meio de uma plataforma digital. Esse modelo permitiu a mobilização de mais de **5 mil pessoas** e a indicação de **148 delegados(as)** para a conferência.

Além disso, para garantir uma representatividade mais inclusiva, o Consea potencializou **cotas de participação**

para grupos historicamente vulneráveis à **insegurança alimentar e nutricional**, considerando critérios como raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, status migratório, pertencimento a povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

Todos os resultados da conferência estão disponíveis no **Relatório Final** e na **Revista da 6ª CNSAN**, acessíveis no site oficial do Consea.

No **cenário internacional**, o Consea retomou sua presença em importantes fóruns multilaterais sobre segurança alimentar e nutricional, participando e fomentando diversos eventos e reuniões estratégicas, como no Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, no G20 no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Todos esses esforços reafirmam o papel fundamental do Consea na **promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada** e no fortalecimento da **Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. O comprometimento e a dedicação dos envolvidos foram essenciais para a retomada do conselho e para a ampliação das políticas públicas no setor.

Com as inovações implementadas, o Consea **não apenas fortaleceu a participação social**, mas também garantiu **maior inclusão de grupos vulnerabilizados**, promovendo uma representação mais justa e equitativa. As estratégias e ações desenvolvidas ao longo desses anos servirão como base para futuras iniciativas, consolidando um espaço **democrático, participativo e essencial para a construção de um Brasil livre da fome e com equidade**.

O impacto positivo das ações do Consea, tanto no cenário nacional quanto internacional, demonstra a **importância de manter e expandir este modelo de participação social**. O compromisso com a segurança alimentar e nutricional deve ser **permanente e fortalecido**, garantindo que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, saudável e digna.

Lista de siglas

ACT	Aliança de Controle do Tabagismo
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRACEN	Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento
ABESO	Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APN	Agentes de Pastoral Negros
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARPINSUL	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ASBRAN	Associação Brasileira de Nutrição
ASUL	Articulação da Cooperação Sul-Sul
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBS	Contribuição sobre Bens e Serviços
CDESS	Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CGAN	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBS	Conselho Nacional de Biossegurança
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COE-Yanomami	Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
CONSAN-CPLP	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEANS	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Lista de siglas

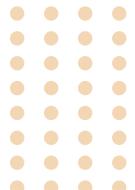
CP	Comissão Permanente
CPCE	Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSA	Comitê de Segurança Alimentar Mundial
CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPDA	Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ECOSOL	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENPSSAN	Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Food and Agriculture Organization
FBSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FENACELBRA	Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil
FIAN	Food Information and Action Network/ Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONSANPOTMA	Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GAIA	Gabinete Adjunto de Informações
GFFA	Global Forum for Food and Agriculture
GT	Grupo de Trabalho
IBFAN	Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBS	Imposto sobre Bens e Serviços
IDEC	Instituto de Defesa de Consumidores
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IS	Imposto Seletivo
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Lista de siglas

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDH	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MFAZ	Ministério da Fazenda
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MinC	Ministério da Cultura
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MJ	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional das Populações em Situação de Rua
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTD	Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT-RTC	Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PDHC	Projeto Dom Hélder Câmara
Planaab	Plano Nacional de Abastecimento Alimentar
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLP	Projeto de Lei Complementar
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição

Lista de siglas

PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA	Plano Plurianual Participativo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronara	Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RedeSSAN	Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RENAS	Rede Evangélica Nacional de Ação Social
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SECF	Secretaria Executiva do Combate à Fome
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
SG/PR	Secretaria Geral da Presidência da República
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária



Expediente

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSEA

Marília Mendonça Leão

Secretária-Executiva

Elaine Martins Pasquim

Coordenadora-Geral

EQUIPE DO CONSEA

Alfredo da Costa Pereira Júnior

Assessor Técnico

Celiana Nogueira Cabral dos Santos

Assessora Técnica

Luiz Carlos Machado Filho

Assessor Técnico

Elaine Santos Silva

Assistente

July Ayalla Timóteo

Assistente

Rafaella Feliciano da Costa

Assistente

Rafaella Lemos Alves

Bolsista Fiocruz-Brasília

Eduardo Rocha Frazão

Estagiário - SG/PR

SERVIDORES E COLABORADORES QUE ATUARAM NA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSEA DURANTE O MANDATO DE 2023-2025:

Servidores

Carmem Priscila Bocchi

Assessora Técnica

Marcos Aurélio Lopes Filho

Assessor Técnico

Patrícia Lima Nobre

Assistente

Sonia Aguiar Cruz Riascos

Assessora Técnica

Tatiane Nunes Pereira

Assessora Técnica

Bolsistas e residentes da Fiocruz

Ana Beatriz de Jesus Reis e Silva

Nutricionista-Residente Fiocruz-Brasília

Bárbara Letícia Gusatto Machado

Nutricionista-Residente Fiocruz-Brasília

Giselle Garcia

Bolsista Fiocruz-Brasília

Karla Patrycia Moreira de Sousa

Nutricionista-Residente Fiocruz-Brasília

Estagiários

Auriane Castro do Nascimento

Universidade de Brasília

Armênio da Costa Britto Neto

Estagiário - SG/PR

Franco Del Buono Guimarães

Universidade de Brasília

Heitor Lima

Universidade de Brasília

Julia Fonteles Silva

Universidade de Brasília

Luiza Pelosi Silva Melo

Universidade de Brasília

Pedro Emanuel Ramos Moretto

Universidade de Brasília

Cristian Lisboa

Projeto Gráfico e Diagramação

Roberta Aline/MDS

Foto de capa



SECRETARIA-GERAL

GOVERNO FEDERAL

